

Número	Nome
15959	Rui Miguel Moreira Pinto <i>c)</i>
17014	Rui Pedro Torrejano Reis <i>b)</i>
16891	Rute Isabel Ribeiro Nogueira <i>b)</i>
18607	Salomé Maria Pereira Rodrigues <i>c)</i>
18556	Sandra Cristina F. Carapuça Silva <i>c)</i>
18557	Sandra Cristina Mantas Roubaco <i>c)</i>
17816	Sandra Isabel P. Mateus Palhas <i>b)</i>
18503	Sandra Maria Alves Genebra <i>c)</i>
18044	Sandra Maria Gonçalves Andrade <i>b)</i>
16447	Sandra Maria M. Pinheiro Massano <i>c)</i>
16872	Sandra Maria Soares Santos <i>b)</i>
18602	Sandra Marisa Oliveira Santos <i>c)</i>
16946	Sandra Rute Ribeiro Mendonça <i>b)</i>
18517	Sara Margarida Gonçalves Nascimento <i>c)</i>
18702	Sara Raquel Favas Martins <i>b)</i>
16690	Sérgio Manuel Calado Fernandes <i>b)</i>
15881	Sílvia Paula Guerreiro Gonçalves <i>c)</i>
17963	Sofia Maria Martins Henriques <i>b)</i>
16251	Sónia Jesus Cardoso Santos <i>c)</i>
18541	Sónia Maria S. Duque Cueiros <i>c)</i>
16945	Susana Isabel Rebola Silva <i>c)</i>
16386	Susana Maria Martins Lopes <i>c)</i>
18515	Susana Sousa Gomes Moreira <i>c)</i>
18504	Tatiana Oliveira Felipe Paula <i>c)</i>
15968	Telmo Ferreira Moreira Figueiredo <i>c)</i>
53278	Teresa Manuel T. A. Belo Cardoso <i>a)</i>
17089	Tiago Patrício Carvalho Salpico <i>b)</i>
16140	Vanda Sofia F. S. C. Silva Pereira <i>b)</i>
16155	Victor José Rodrigues Duarte <i>c)</i>
18617	Victor Manuel Costa Tamborino <i>c)</i>
18558	Vitor Manuel Sousa Rocha <i>c)</i>
18559	Vitor Manuel Vieira Cunha <i>c)</i>
18560	Vitor Rui Sousa Barreiras <i>c)</i>
16380	Vitória Conceição Palma Roque <i>c)</i>

## Motivos de exclusão:

- a)* O candidato não possui a categoria de inspector tributário  
*b)* O candidato não está posicionado no nível 2  
*c)* O candidato não possui, no nível 2, uma classificação de serviço não inferior a Bom durante 3 anos  
*d)* O requerimento foi entregue fora de prazo  
*e)* O candidato não tem a classificação de serviço relativa ao ano de 2008

Nos termos do referido n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os candidatos poderão, no prazo de dez dias úteis, pronunciar-se, por escrito, sobre a intenção de exclusão, devendo a resposta ser dirigida ao presidente do júri do concurso e remetida por correio registado, até ao termo daquele prazo, para a Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Rua do Comércio, n.º 49, 3.º, 1149-017 Lisboa, ou entregue pessoalmente na mesma morada.

O processo encontra-se disponível para consulta dos interessados, diariamente, das 9,30 às 12 horas e das 14,30 às 17 horas, na morada acima indicada.

DSGRH, 2010-08-18. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.  
203613404

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Secretaria-Geral

### Declaração de rectificação n.º 1695/2010

**Procedimento concursal de selecção com vista ao provimento no cargo de dirigente intermédio do 1.º grau, de director de serviços de Coordenação e Planeamento, da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.**

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 157, de 13 de Agosto, o aviso n.º 16246/2010, rectifica-se que, no n.º 1, 2.º parágrafo, onde se lê:

«1 — A abertura, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do 1.º dia de publicitação na bolsa de emprego público (BEP), de procedimento concursal de selecção com vista ao provimento no cargo de dirigente

intermédio do 1.º grau, de Director de Serviços de Coordenação e Planeamento, da Secretaria-Geral, do Ministério da Defesa Nacional.»

deve ler-se:

«1 — A abertura, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do 1.º dia de publicitação na bolsa de emprego público (BEP), de procedimento concursal de selecção com vista ao provimento no cargo de dirigente intermédio do 1.º grau de director de serviços de Planeamento e Coordenação, da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.»

13 de Agosto de 2010. — O Secretário-Geral, *José de Barros*.

203612035

## Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

### Contrato (extracto) n.º 529/2010

Em cumprimento do disposto na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 30 de Julho de 2010, com o trabalhador Manuel da Silva Lopes, correspondente à 4.ª posição remuneratória e ao 23.º nível remuneratório da tabela remuneratória única, na sequência de procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 877/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 9, de 14 de Janeiro de 2010, para preenchimento de quatro postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional.

30 de Julho de 2010. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.  
203613534

### Contrato (extracto) n.º 530/2010

Em cumprimento do disposto na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 30 de Julho de 2010, com o trabalhador Paulo Jorge da Silva Lopes Morais Branco, correspondente à 4.ª posição remuneratória e ao 23.º nível remuneratório da tabela remuneratória única, na sequência de procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 877/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 9, de 14 de Janeiro de 2010, para preenchimento de quatro postos de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional.

30 de Julho de 2010. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.  
203613607

## Inspeção-Geral da Defesa Nacional

### Despacho n.º 13547/2010

De acordo com o disposto no n.os 1 e 2, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, foi aberto procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão, da Divisão de Análise de Risco e de Procedimentos de Inspeção e Auditoria, do Mapa de Pessoal da Inspeção-Geral da Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional, no jornal *Correio da Manhã*, no *Diário da República* 2.ª série, n.º 112, Parte J1, de 11 de Junho de 2010 e na Bolsa de Emprego Público sob o Código de Oferta n.º OE 201006/0428.

Cumpridas as formalidades legais e concluídas as operações de selecção, propôs o Júri, como resultado do respectivo processo de selecção e nos termos do disposto no n.º 5, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, para desempenhar o cargo a concurso, o candidato licenciado Leonel Sanches.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri na acta final que integra o procedimento concursal e que resultam, designadamente, da fórmula que traduz a aplicação dos métodos de selecção aos factos apurados, considero que o referido candidato possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no aviso de abertura do concurso, tal como se evidencia na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

Assim:

1 — Considerando a proposta do Júri, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, para o cargo de Chefe de Divisão de Análise de Risco e de Procedimentos de Inspeção e Auditoria, o licenciado Leonel Sanches, Inspector, da carreira especial de inspecção, da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, nos termos dos n.os 8, 9 e 10, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

2. O nomeado fica autorizado a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

3 — O presente despacho produz efeitos a 22 de Julho de 2010.

IGDN, em Lisboa, 17 de Agosto de 2010. — O Inspector-Geral, Rogério Pereira Rodrigues.

### Nota curricular

#### Identificação

Nome: Leonel Sanches  
Data de nascimento: 11 de Junho de 1969  
Naturalidade: França

#### Habilitações Académicas

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas (1994).  
Programa de Formação em Gestão Pública — FORGEP (2010).  
Formação Profissional

#### Cursos sobre:

Regime de realização de despesas públicas;  
Controlo de execução orçamental e prestação de contas dos serviços com autonomia administrativa;  
Sistemas de informação na Administração Pública;  
Curso geral de segurança e matérias classificadas;  
O orçamento como instrumento de gestão nos serviços públicos;  
POCP — Enquadramento e análise de gestão;  
Auditoria e Controlo Interno na Administração Pública;  
A Gestão Privada de Serviços Públicos — Modelagem de Parcerias Público-Privadas;  
Aspectos teórico-práticos do POCP;  
Gestão e Controlo dos Dinheiros Públicos;  
Curso de Introdução ao Controlo Financeiro;  
O Novo Regime da Contratação Pública;  
Auto e hetero-avaliação do desempenho de serviços da Administração Pública;  
SIADAP — Entrevistas de Avaliação de Desempenho.

#### Actividade Profissional

##### Funções de chefia:

Inspector-Coordenador, de 08 de Janeiro de 2008 a 30 de Outubro de 2009;  
Chefe de Divisão, desde 01 de Novembro de 2009.

##### Carreira:

Inspector da carreira especial de inspecção do mapa de pessoal da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, desde 22 de Setembro de 1997;  
Entre Maio de 1989 e Setembro de 1997, prestou serviço como Oficial Miliciano na Força Aérea Portuguesa, na especialidade de Administração Aeronáutica.

203610829

### Despacho n.º 13548/2010

De acordo com o disposto no n.os 1 e 2, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, foi aberto procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão, da Divisão de Apoio Administrativo, do Mapa de Pessoal da Inspeção-Geral da Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional, no jornal Correio da Manhã, no *Diário da República* 2.ª série, n.º 107, Parte J1, de 02 de Junho de 2010 e na Bolsa de Emprego Público sob o Código de Oferta n.º OE 201006/0109.

Cumpridas as formalidades legais e concluídas as operações de selecção, propôs o Júri, como resultado do respectivo processo de selecção e

nos termos do disposto no n.º 5, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, para desempenhar o cargo a concurso, a candidata licenciada Rute Carla da Conceição Marques Pinto.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri na acta final que integra o procedimento concursal e que resultam, designadamente, da fórmula que traduz a aplicação dos métodos de selecção aos factos apurados, considero que a referida candidata possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no aviso de abertura do concurso, tal como se evidencia na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

Assim:

1 — Considerando a proposta do Júri, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, para o cargo de Chefe de Divisão de Apoio Administrativo, a licenciada Rute Carla da Conceição Marques Pinto, Técnica Superior, da carreira técnica superior, do Instituto de Informática, nos termos dos n.os 8, 9 e 10, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

2 — O presente despacho produz efeitos a 01 de Setembro de 2010.

IGDN, em Lisboa, 17 de Agosto de 2010. — O Inspector-Geral, Rogério Pereira Rodrigues.

### Nota curricular

Nome: Rute Carla da Conceição Marques Pinto  
Habilitações literárias: Licenciatura em Gestão e Administração Pública — especialização em Recursos Humanos  
Outra formação relevante:

Frequência de várias acções de formação, destacando-se as áreas de Gestão de Recursos Humanos (SIADAP, LVCR), Código do Procedimento Administrativo, Gestão por objectivos, Gestão por processos, Planos e Relatórios de Actividades, SAP, e um Diploma de Especialização em Sociedade da Informação e Inovação na Administração Pública.

#### Currículo profissional:

Janeiro 2010 até à presente data

Ministério das Finanças — Instituto de Informática

Desempenha as funções de Chefe de Divisão dos Recursos Humanos em regime de substituição.

Julho de 2008 a Dezembro 2009

Ministério da Defesa — Inspeção-Geral da Defesa Nacional

Exercício de funções como técnica superior, tendo como principais funções: elaboração do Plano de Formação, apoio à elaboração dos Planos/Relatório de Actividades, à elaboração do Balanço Social, ao relatório de auto-avaliação do serviço, à área de RH, ao CCA, administradora do GEADAP e apoio aos utilizadores, elaboração do Plano de Contingência Gripe A, elaboração do Relatório de Avaliação por Serviço (SIADAP 2e 3), desenho de processos da área de apoio técnico e RH, participação e apoio a júris de concursos de pessoal e estágios.

Participação na Secção Especializada de Qualificação e Formação de Recursos Humanos (SCI).

Dezembro de 2007 a Julho 2008

Ministério da Defesa — Secretaria-Geral

Nomeada Chefe de Divisão de Organização (em regime de substituição), tendo como principais funções: manter uma base actualizada de informação relativa à organização e estrutura dos serviços da Administração Pública, nacional e internacional, proceder a estudos de adequação das estruturas orgânicas dos serviços aos objectivos legalmente fixados e de carácter organizativo e de análise dos circuitos administrativos e de automação de tarefas e procedimentos, tendo em vista a racionalização e melhoria de funcionamento dos serviços, promover o estudo e a aplicação de medidas de aperfeiçoamento organizacional e de modernização e racionalização administrativa, colaborar na definição e aplicação de medidas tendentes à racionalização de espaços e de reinstalação de serviços, coordenação dos Relatórios de Actividades, dar parecer sobre a criação, modificação ou reorganização dos organismos e serviços do MDN, modelação/remodelação dos processos da Direcção de Serviços de Administração e Gestão de Recursos Humanos e da Direcção de Serviços de Administração Financeira e Patrimonial, apresentação e monitorização das medidas da responsabilidade do Ministério da Defesa Nacional no Programa SIMPLEX, coordenação da publicação anual